

SITUAÇÃO DO ENSINO DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

*Silvio Augusto Margarido **

MARGARIDO, S. A. Situação do ensino das doenças sexualmente transmissíveis nos cursos de graduação em Enfermagem do Município de São Paulo. *Rev. Esc. Enf. USP*, São Paulo, 15(3):275-288, 1981.

Face a importância da participação do enfermeiro nos serviços de saúde, como em um programa de controle das doenças sexualmente transmissíveis, o presente trabalho tem por finalidade levantar a situação do ensino dessas doenças nos cursos de graduação em Enfermagem.

INTRODUÇÃO

Embora não se conheça a verdadeira magnitude das doenças venéreas, atualmente denominadas doenças sexualmente transmissíveis, a ascensão destas doenças é citada por vários autores como GUTHE (1971), LLOPIS (1971), WILLCOX (1972), LÓPEZ (1972), BASTOS (1973), SEMINÁRIO BRASILEIRO DE DOENÇAS VENÉREAS (1976), ITO et alii (1980), MARGARIDO (1980), tornando-se um dos prioritários problemas de saúde pública no mundo (GAMBOA, 1974; BELDA et alii, 1974; 3.º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE DOENÇAS VENÉREAS, 1976).

Para ANTAL et alii (1977), além da sífilis, da gonorréia, do cancro-mole, do linfogranuloma venéreo e do granuloma inguinal, admite-se que outras doenças tais como o condiloma acuminado, as uretrites não gonocócicas, a tricomoníase, o herpes genital (causado pelo Herpes-virus hominis tipo 2), a candidíase, a escabiose do pubis e o molusco contagioso, sejam de transmissão sexual.

Autores como GUTHE (1971), LLOPIS (1971), WILLCOX (1972), BASTOS (1973), ANTAL et alii (1977), BELDA & CATTAPAN (1971) citam vários fatores que têm contribuído para o ressurgimento das doenças sexualmente transmissíveis. Entre estes fatores citam:

- resistência de algumas cepas aos antibióticos;
- alterações demográficas, onde pode ser incluído o aumento da população, com maior número de jovens sexualmente ativos;
- mobilidade das populações relacionada à crescente industrialização e urbanização e o incremento das viagens culturais, comerciais e turísticas, que ampliaram as oportunidades para contatos sexuais;

* Auxiliar de Ensino do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da EEUSP, disciplinas Enfermagem Preventiva e Comunitária e Saúde da Comunidade.

- alterações de conduta e atitude, que permitiram a ampliação dos círculos sexuais, tanto para comportamentos heterossexuais como homossexuais;
- redução do medo à gravidez através da introdução dos anticonceptivos orais e intrauterinos;
- redução do medo às doenças venéreas, pelo uso de automedicação e eficácia do tratamento; e
- diminuição das influências restritivas da família, da religião e da opinião pública frente as relações sexuais.

No Brasil, a inexistência de dados estatísticos fidedignos impede determinar a verdadeira situação das doenças sexualmente transmissíveis (BASTOS, 1973; SEMINÁRIO BRASILEIRO DE DOENÇAS VENÉREAS, 1976). Por outro lado, segundo LOMBARDI (1978) "... os poucos estudos existentes ou em andamento e, principalmente, o fato de se reproduzirem atualmente em nosso país os fenômenos de intensa industrialização e urbanização, geradores das transformações demográficas, econômicas, sociais e comportamentais, às quais se atribui o recrudescimento do problema em outros países, permitem supor uma tendência epidemiológica semelhante, possivelmente agravada por aspectos peculiares, tais como o importante (e que sempre inadequado) papel desempenhado pelas farmácias no atendimento dos casos de doenças venéreas."

Objetivando controlar o problema dessas doenças, vários países contam com programas específicos, entre eles o Chile (GRINSPUN & GOLDENBERG, 1977), a Costa Rica (JARAMILLO A. et alii, 1979), o Canadá, a Inglaterra, a Alemanha Ocidental, a Dinamarca, a Suécia (SMITH, 1978).

Carente de um programa específico para o controle das doenças sexualmente transmissíveis, o Brasil dispõe da Portaria n.º 22 de 18 de julho de 1978 da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária (BOLETIM INFORMATIVO DE LA UNIÓN, 1978), que aprova as Normas Técnicas para o diagnóstico, tratamento e controle dessas doenças, a serem observadas em todo o território nacional.

A necessidade de um programa para o controle das doenças sexualmente transmissíveis é sentida frente as repercussões dessas doenças sobre o indivíduo, a família e a sociedade, que são amplas e profundas.

Entre as conseqüências individuais, os transtornos neurológicos e cardiovasculares da sífilis tardia, a esterilidade e a estenose uretral do homem na gonorréia e a perda parcial do pênis no cancro mole, são alguns exemplos (ANTAL et alii, 1977). Para a família, além das conseqüências individuais, pode-se citar a sífilis congênita e a oftalmia gonocócica do recém-nascido.

Os gastos com a assistência médico-hospitalar, o afastamento do indivíduo do trabalho e a redução de produção são alguns aspectos da repercussão econômica que as doenças sexualmente transmissíveis causam à sociedade. Segundo CALLIN (1971), embora os problemas relativos ao controle das doenças sexualmente transmissíveis sejam cada vez mais dispendiosos, sob o ponto de vista econômico, repercussões econômicas derivadas de seu controle têm efeitos positivos para a economia nacional.

Apesar das peculiaridades relativas a cada programa de controle das doenças sexualmente transmissíveis, propostos ou desenvolvidos nos diversos países (BROWN, 1971; SALAS, 1971; MIRANDA C. et alii 1973; SMITH, 1978, JARAMILLO A. et alii, 1979) de maneira geral, após avaliação do problema, suas atividades estão alicerçadas nas seguintes etapas:

1. Notificação de casos, necessária para se poder obter ininterruptamente as tendências das doenças;
2. Diagnóstico e tratamento, com a finalidade de interromper a cadeia de transmissão da moléstia;
3. Localização de contatos, objetivando localizar o indivíduo fonte de infecção para que seja tratado e as pessoas que poderiam, por ele ter-se infectado para confirmar a presença ou ausência da doença; e
4. Educação sanitária, com o objetivo de transmitir à população em geral e principalmente aos grupos de alto risco, esclarecimentos sobre as doenças.

Na implantação de um programa de controle das doenças sexualmente transmissíveis é necessário contar-se com uma equipe multiprofissional. Entre os profissionais dessa equipe, o enfermeiro poderá participar em várias atividades, como por exemplo, na coleta de material para exame, na administração de medicamentos, na localização de contatos, na educação sanitária e no treinamento de pessoal auxiliar.

SMITH (1978), estudando os programas de controle dessas doenças em alguns países da Europa, com o objetivo de aproveitar estas experiências no Canadá, menciona, entre as melhores características, a ampla utilização dos enfermeiros de saúde pública na localização de contatos e na educação sanitária de grupos de alto risco.

Segundo ANTAL et alii (1977) é evidente que, na formação dos médicos, enfermeiros e outras categorias de pessoal de saúde, o ensino das doenças de transmissão sexual é falho nos aspectos clínicos, epidemiológicos e de comportamento.

Com a extinção dos serviços especializados (CANTÍDIO, 1965; LOMBARDI, 1978) e as excelentes oportunidades de se incorporar o tratamento, a investigação, a notificação de casos e a educação sanitária nos serviços que prestam assistência primária de saúde (ACUNÁ, 1978) e, face a importância da participação do enfermeiro nos serviços de saúde, como em um programa de controle das doenças sexualmente transmissíveis, o presente trabalho tem por finalidade levantar a situação do ensino dessas doenças nos cursos de graduação em Enfermagem.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Verificar a situação do ensino sobre as doenças sexualmente transmissíveis, no tronco profissional comum — Parecer n.º 163/72 do Conselho Federal de Educa-

ção (Brasil, Leis, decretos, 1974), dos cursos de graduação em Enfermagem no Município de São Paulo.

Objetivos específicos

- identificar as disciplinas em que é ministrado o ensino sobre as doenças sexualmente transmissíveis;
- verificar quais as doenças e os aspectos abordados no respectivo ensino;
- levantar o número de horas teóricas e práticas que estão destinadas ao seu ensino;
- verificar os locais em que os alunos realizam a parte prática e quais as atividades desenvolvidas pelos mesmos.

METODOLOGIA

População

A população deste estudo foi constituída da totalidade dos cursos de graduação em Enfermagem, existentes no Município de São Paulo, no ano de 1980, em número de 4.

Instrumento de coleta de dados

Por não se ter conhecimento de quaisquer dados já publicados referentes ao ensino das doenças sexualmente transmissíveis, nos cursos de graduação em Enfermagem do país, houve necessidade de se fazer uma pesquisa tipo exploratória.

Para tanto, foi elaborado um questionário (anexo 1) que, após estudos preliminares e assessoramento de especialistas teve que incluir também perguntas fechadas, com as quais conseguiu-se abranger todos os itens referentes aos objetivos estabelecidos.

Coleta de dados

Os questionários foram enviados aos diretores de escolas ou responsáveis pelos cursos de graduação em Enfermagem; dos quatro cursos estudados, dois questionários foram remetidos pelo correio e, dois foram entregues, em mãos, pelo próprio pesquisador.

Os dados foram coletados no período de junho a setembro de 1980 e obtiveram-se respostas a todos os questionários enviados.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pelos resultados obtidos, pode-se verificar que o ensino sobre as doenças sexualmente transmissíveis é parte integrante do conteúdo programático, de pelo menos uma disciplina, do tronco profissional comum, em todos os cursos de graduação em Enfermagem estudados.

No Quadro 1, podem-se visualizar as disciplinas onde é abordado o ensino sobre as doenças sexualmente transmissíveis. A inclusão desse ensino na disciplina Enfermagem Obstétrica é mencionada por todos os cursos, provavelmente pelos transtornos que estas doenças podem causar ao recém-nascido, decorrentes principalmente da sífilis congênita e da oftalmia gonocócica.

Nos cursos A, C e D, além da disciplina Enfermagem Obstétrica, este ensino é também ministrado nas disciplinas Enfermagem de Saúde Pública (curso A), Moléstias Transmissíveis (Saúde Pública) (curso C), Enfermagem em Doenças Transmissíveis e Enfermagem Ginecológica (curso D).

O ensino dessas doenças nas disciplinas acima mencionadas é justificado, pois as mesmas constituem um problema de saúde pública (GAMBOA, 1974; BELDA et alii, 1974; SEMINÁRIO BRASILEIRO DE DOENÇAS VENÉREAS, 1976); são transmissíveis (BENENSON, 1978) e as clínicas ginecológicas e obstétricas serem um dos locais recomendados para o descobrimento de portadores assintomáticos da infecção gonocócica (SALAS, 1971). Segundo o SEMINÁRIO BRASILEIRO DE DOENÇAS VENÉREAS (1976), mais da metade das mulheres com infecção gonocócica são assintomáticas e cerca de 6% dos recém-nascidos de mães portadoras de cervicite gonocócica contraem oftalmia.

Com relação à carga horária teórico-prática destinada a esse ensino, apresentada também no Quadro 1, verifica-se que entre os cursos estudados, a carga horária varia entre 6 e 21 horas teórico-práticas, sendo que a variação no ensino teórico é de 6 a 11 horas, e no prático, do ensino ocasional, a 12 horas.

No Quadro 2 são apresentados os dados referentes às doenças ensinadas e os respectivos aspectos. Como se pode verificar, a sífilis, a blenorragia, o linfogranuloma venéreo, o cancro-mole, a tricomoníase e o condiloma acuminado são abordadas por todos os cursos, nos aspectos: de conceituação, epidemiológicos, clínicos, de diagnóstico, de tratamento, profiláticos e educativos, com exceção do curso B que não aborda os aspectos educativos de nenhuma doença.

Observa-se, também, que além das doenças venéreas tradicionalmente consideradas (SMITH, 1978), são abordadas a tricomoníase e o condiloma acuminado (ANTAL et alii, 1977).

No curso D, esse ensino abrange também a pediculose, o herpes genital e a hepatite, não sendo abordado na pediculose o aspecto de conceituação e no herpes genital os aspectos epidemiológicos. Com relação à hepatite, os aspectos de conceituação, epidemiológicos e clínicos são abordados durante o ensino das doenças sexualmente transmissíveis e os demais na aula específica da doença.

A inclusão da hepatite no ensino das doenças sexualmente transmissíveis, no curso D, é justificada pelas mudanças ocorridas na epidemiologia da doença, evidenciadas por estudos que comprovam outras vias de transmissão do vírus B, além da parenteral, como o sêmem, a saliva, as fezes e a urina (ROCHA et alii, 1979) e estudos de casos que confirmam o contato sexual como fonte de transmissão da hepatite tipo B (Hepatite B e portador de HBs Ag, 1975).

Segundo a Portaria n.º 22 de 18 de julho de 1978 da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária (BOLETIM INFORMATIVO DE LA UNIÓN, 1978), são de interesse para a saúde pública, entre as doenças sexualmente transmissíveis,

QUADRO 1

Disciplinas em que é ministrado o ensino das doenças sexualmente transmissíveis e respectiva carga horária teórica e prática no tronco profissional comum, dos cursos de graduação em Enfermagem, do Município de São Paulo, 1980.

CURSO "A"	CURSO "B"		CURSO "C"		CURSO "D"		Carga horária
	Disciplina	Carga horária	Disciplina	Carga horária	Disciplina	Carga horária	
	T	P	T	P	T	P	T
Enf. Obstétrica	4	6	6	*	Enf. em Doenças Transmissíveis	5 ³⁰	10
Enf. de Saúde Pública	4	6			Enf. Obstétrica e Neonatal I	4	—
TOTAL	8	12	6	*	Enf. Ginecológica	1	—
			11	10		10 ³⁰	10

* Ensino ocasional quando aparecem casos

QUADRO 2

Doenças e aspectos abordados no ensino das doenças sexualmente transmissíveis, no tronco profissional comum, dos cursos de graduação em Enfermagem, do Município de São Paulo, 1980.

Aspectos	de Concei- tuação				Epidemioló- gicos				Clínicos				de Diagnós- tico				de Trata- mento				de Profila- xia				Educativos							
	Cursos				A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D				
Doença	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
Sífilis	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Blenorrágia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Linfogranuloma Venéreo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cancro Mole	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Granuloma Venéreo	X	—	X	X	X	—	X	X	X	—	X	X	X	—	X	X	X	—	X	X	X	—	X	X	X	—	X	X	X	—	X	X
Tricomoníase	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Condiloma Acuminado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pediculose	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Herpes Genital	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X
Hepatite	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X	—	—	—	X

X' — Estes aspectos não são abordados na aula específica sobre as doenças sexualmente transmissíveis e sim na aula específica sobre a doença.

a sífilis, a gonorréia, o cancro-mole e o linfogranuloma venéreo, sendo também elevada a frequência de casos de uretrites não gonocócicas, herpes simples genital e o condiloma acuminado na população.

Com relação aos locais onde os alunos desenvolvem a parte prática, apresentados no Quadro 3, são mencionados os serviços de internação dos hospitais (cursos A, B, C e D) e os serviços de ambulatório, também dos hospitais (cursos A, C e D), os centros de saúde (cursos A e D), as escolas de 1.º grau (curso C), escolas de 2.º grau e as associações de jovens (curso A).

QUADRO 3

Locais onde os alunos desenvolvem a parte prática referente ao ensino das doenças sexualmente transmissíveis, no tronco profissional comum, dos cursos de graduação em Enfermagem, do Município de São Paulo, 1980.

Local \ Cursos	A	B	C	D
Hospital (internação)	X	X	—	X
Hospital (ambulatório)	X	—	X	X
Centro de Saúde	X	—	—	X
Escolas de 1.º grau	—	—	X	—
Escolas de 2.º grau	X	—	—	—
Associação de jovens	X	—	—	—

Apesar das doenças sexualmente transmissíveis não constituírem, na maioria das vezes, motivo para internação, a utilização dos serviços de internação do hospital como local para os alunos desenvolverem a parte prática, pode ser justificada por ser esse ensino abordado, em todos os cursos, na disciplina Enfermagem Obstétrica.

Acredita-se, que durante esse estágio, os alunos poderão observar os transtornos da sífilis congênita e aplicar o Método de Credé para a prevenção da oftalmia gonocócica.

A utilização do hospital nos serviços de ambulatório, como local para estágio, como se mencionou acima, só não é feita pelo curso B. De acordo com as disciplinas mencionadas onde é abordado esse ensino, este local pode ser considerado apropriado, pois os alunos poderão desenvolver várias atividades tanto nos serviços de Pré-Natal, de Venerologia e de Ginecologia.

Os centros de saúde também constituem um local onde os alunos poderão ter experiências em todas as etapas de um programa de controle das doenças sexualmente transmissíveis (GAMBOA, 1974).

Segundo LOMBARDI (1978) em estudo realizado nos centros de saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, em 1975, sobre o atendimento do paciente venéreo, concluiu que esse atendimento é precário e que, segundo os médicos chefes dessas unidades, o incremento das atividades na área dependia basicamente de recursos laboratoriais e de educação sanitária da população. Assim, a

realização de estágios dos alunos nos centros de saúde, além de contribuir para a formação do estudante, poderia trazer benefícios para o serviço, incrementando diversas atividades.

Os demais locais citados, escolas de 1.º e 2.º graus e associações de jovens, para a realização da parte prática, devem estar relacionados com o desenvolvimento de programas de educação sanitária.

A importância da educação sanitária é evidente em todos os programas de controle dessas doenças e, segundo SMITH (1978), a participação do enfermeiro é citada como uma das melhores características dos programas que o mesmo teve oportunidade de observar em alguns países da Europa.

A utilização de escolas e associações de jovens é recomendada para o desenvolvimento de programas de educação sanitária sobre as doenças sexualmente transmissíveis, pois, segundo LÓPEZ (1972), WILLCOX (1972), GAMBOA (1974), ANTAL et alii (1977), é evidente a ignorância da população em relação a essas doenças, principalmente entre os jovens.

Entre as atividades desenvolvidas pelos alunos, quando realizam a parte prática, citadas pelos cursos estudados e apresentadas no Quadro 4, estão a pré e a pós consulta, o atendimento de enfermagem, a consulta de enfermagem e a orientação de grupos.

QUADRO 4

Atividades desenvolvidas pelos alunos quando realizam a parte prática do ensino das doenças sexualmente transmissíveis, no tronco profissional comum, dos cursos de graduação em Enfermagem, do Município de São Paulo, 1980.

Atividades \ Cursos	A	B	C	D
Pré-consulta	X	—	—	X
Pós-consulta	X	—	—	X
Atendimento de Enfermagem	X	X	X	X
Consulta de Enfermagem	X	—	X	X
Visita Domiciliária	—	—	—	—
Investigação Epidemiológica	—	—	—	—
Orientação de Grupos	X	—	X	X

Ao tentar-se comparar as atividades desenvolvidas com os locais utilizados para a execução das mesmas, excluindo-se o atendimento de enfermagem executado nos serviços de internação dos hospitais, verifica-se que, normalmente, as demais atividades são executadas pela Enfermagem nos serviços de ambulatório dos hospitais e nos centros de saúde. Cabe salientar que, nos Centros de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com exceção da consulta de enfermagem e da orientação de grupos, as demais atividades são preconizadas em seus programas, como de responsabilidade da equipe de enfermagem.

Embora a orientação de grupos possa ser realizada em qualquer dos locais citados, acredita-se que nos cursos A e C esta atividade esteja sendo desenvolvida nas escolas de 1.º e 2.º graus e nas associações de jovens.

A não realização de atividades de localização de contatos, e de investigação epidemiológica, provavelmente está relacionada com a não inclusão das enfermidades de transmissão sexual — SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Saúde, 1978 — na relação das doenças de notificação obrigatória, o que torna não obrigatória a realização da investigação epidemiológica nestes casos.

CONCLUSÕES

Ficou evidenciado não existir, entre os cursos de graduação em Enfermagem estudados, uniformidade no ensino sobre as doenças sexualmente transmissíveis, no que tange às disciplinas onde é ministrado esse ensino, à carga horária destinada ao mesmo, às doenças abordadas, aos locais e às atividades desenvolvidas pelos alunos durante a realização da parte prática.

A carga horária, teórica e prática, e o número de doenças e aspectos abordados levam a supor que este ensino é insuficiente, em todos os cursos estudados; e que oferece aos estudantes apenas noções gerais e experiências mínimas nas atividades que o enfermeiro deverá executar num programa de controle das doenças sexualmente transmissíveis.

RECOMENDAÇÕES

Os vários trabalhos citados no presente estudo evidenciam a problemática do que as doenças sexualmente transmissíveis representam para o mundo e para o nosso país, em particular.

A inexistência, entre nós, de um programa específico de controle das doenças sexualmente transmissíveis e o reduzido número de serviços especializados no Estado de São Paulo (LOMBARDI, 1978) deixam o atendimento do paciente, portador de qualquer doença sexualmente transmissível, a cargo dos serviços de saúde existentes. Para tanto, é necessário que o enfermeiro, assim como outros profissionais que atuam nesses serviços, estejam atentos para o problema.

Com relação à formação do enfermeiro e às conclusões que o presente trabalho ofereceu, recomenda-se que:

- exista uniformidade entre os cursos de graduação em Enfermagem sobre o ensino das doenças sexualmente transmissíveis;
- se destine maior número de horas para esse ensino;
- este ensino seja concentrado na disciplina Enfermagem em Doenças Transmissíveis e que na ocasião do ensino de outras disciplinas como Enfermagem Ginecológica, Enfermagem Obstétrica, Enfermagem de Saúde Pública, os alunos já tenham conhecimento prévio sobre essas doenças e sobre a assistência a ser prestada ao indivíduo, família e comunidade;
- os responsáveis pelo ensino das doenças sexualmente transmissíveis elaborem projetos docente-assistenciais, onde os alunos poderão desenvolver todas as atividades de competência do enfermeiro num programa de controle dessas doenças;

- as associações de classe e as escolas promovam cursos de extensão universitária e outros sobre as doenças sexualmente transmissíveis, para que os enfermeiros possam manter-se atualizados sobre o assunto, em processo de educação continuada.

MARGARIDO, S. A. Situation of teaching of venereal illness in Graduate Nursing School in Município de São Paulo. *Rev. Esc. Enf. USP*, São Paulo, 15(3):275-288, 1981.

This study has the objective to verify the situation of teaching of venereal illness in Graduate Nursing School, because of the vital importance of nurse participation in the control of venereal disease and in the health services.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ACUNÁ, H. R. Los problemas de las infecciones venereas en América Latina y el Caribe y los medios para combatirlos: editorial. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 84 (5): 377-82, maio, 1978.
- ANTAL, G. M. et alii. Aspectos sociais y sanitarios de las enfermedades de transmisión sexual. Ginebra: Organización Mundial de la Salud, 1977. 63 p. (Cuadernos de Salud Publica, 65).
- BASTOS, N. C. de B. Situação das doenças venéreas no mundo e em particular no Brasil. *Rev. paul. Hosp.*, São Paulo, 21 (3): 115-29, mar., 1973.
- BELDA, W. & CATTAPAN, A. Aspectos do problema das doenças sexualmente transmissíveis no Brasil. *Terap.*, São Paulo, 3 (9) ed. suplementar n.º 6, 1974.
- BELDA, W. & CATTAPAN, A. Aspectos do problema das doenças sexualmente transmissíveis no Brasil. *Bol. Inf. "União"*, São Bernardo do Campo, 2 (8): 1-5, 1977.
- BENENSON, A. S., ed. El control de las enfermedades transmisibles en el hombre. 12. ed. Washington, OPAS/OMS, 1978. 406 p. (Publicación Científica, 372).
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Parecer 163/72, C.C.R. de Currículos In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. *Enfermagem legislação e assuntos correlatos*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1974. V. 3, p. 721.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Portaria n.º 22 de 18 de julho de 1978. *Bol. Inf. de la Unión*, São Bernardo do Campo, 3 (12):2-4, 1978.
- BROWN, W. J. Los elementos esenciales de un programa de control de la sífilis. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 70 (1): 59-65, jan., 1971.
- CALLIN, A. E. Las repercusiones economicas de las enfermedades venereas. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 70 (1): 95-102, jan., 1971.
- CANTIDIO, W. M. apud PROENÇA, N. G. & FREITAS, T. H. P. de A sífilis na atualidade, no Brasil. *Rev. Ass. méd. bras.*, São Paulo, 27 (1): 43-45, jan., 1981.
- GAMBOA, L. G. Importancia de la educación en el control de las enfermedades venereas. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 76 (4): 316-19, abr., 1974.
- GRINSPUN, M. S. & GOLDENBERG, R. V. Epidemiología y control de la sífilis en el area sur, Santiago, Chile. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 83 (1): 48-55, jul., 1977.
- GUTHE, T. Tendencias epidemiológicas mundiales de la sífilis y la blenorragia. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 70 (1): 6-25, jan., 1971.
- HEPATITE B e portador de HBS Ag: relatório de um surto por contágio sexual. *Bol. epidem.*, Rio de Janeiro, 7 (18): 162-71, set., 1975.
- ITO, A. M. Y. et alii. Estudo das doenças sexualmente transmissíveis no Município de Londrina, Paraná, Brasil. III. A prevalência da gonorréia em 1976-1977. *Rev. Saúde públ.*, São Paulo, 14 (1): 36-42, mar., 1980.
- JARAMILLO A. O.; BLUM, G. E.; FREER, M. E. Costa Rica: Programa para el control de las enfermedades de transmisión sexual. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 86 (2): 131-40, 1979.
- LLOPIS, A. El problema de las enfermedades venereas en las Américas. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 70 (1): 26-58, jan., 1971.
- LOMBARDI, C. Situação do atendimento do paciente venéreo nas unidades sanitárias da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo. *Rev. Saúde públ.*, São Paulo, 12 (1): 16-22, mar., 1978.
- LOPEZ, E. T. Enfermedades venereas en adolescentes. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 72 (6): 558-64, jun., 1972.
- MARGARIDO, S. A. Estudo sobre doenças sexualmente transmissíveis em estudantes universitários. Nota prévia. *Rev. Esc. Enf. USP.*, São Paulo, 14 (2): 201, ago., 1980.
- MIRANDA C. M.; LATIMER, B. A. K. P.; BRUBAKER, M. L. Posibles planes y metodos para programas de lucha antivenera. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 75 (3): 187-96, sept., 1973.
- ROCHA, J. R.; NETO, S. S. S.; KESTEMBERG, D.; ZYNGIER, F. R. Pesquisa do antígeno da hepatite B nos profissionais de um hospital geral. *Rev. bras. Clín. Terap.*, São Paulo, 8 (3): 109-12, mar., 1979.
- SALAS, A. C. Problemas en el control de la blenorragia. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 70 (1): 66-78, jan., 1971.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Saúde. Centro de Informações de Saúde. *Manual de vigilância epidemiológica: normas e instruções*. São Paulo, 1978. 329 p.
- SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE DOENÇAS VENEREAS, 3.º, São Paulo, 1976. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1976. (mimeografado).
- SMITH, E. S. O. Reseña de los programas de lucha antivenera en el Reino Unido, Alemanha Occidental, Dinamarca y Suecia; posibilidades de aprovechar sus experiencias en Canada. *Bol. Ofic. sanit panamer.*, Washington, 85 (2): 146-60, ago., 1978.
- WILCOX, R. R. Panorama mundial de las enfermedades venereas. *Clínicas Médicas de Norteamérica*, Rio de Janeiro, 1057-71, set., 1972.

São Paulo, 17 de junho de 1980

Exma. Sra.

NESTA

Prezada Senhora

Estamos realizando um estudo a respeito do ensino das doenças sexualmente transmissíveis, no tronco profissional comum, nos cursos de graduação em Enfermagem e gostaríamos de contar com a sua valiosa colaboração no sentido de ser respondido o questionário que enviamos em anexo.

Agradecendo a atenção que dispensar a esta solicitação, apresentamos protestos de distinta consideração.

Silvio Augusto Margarido
Auxiliar de Ensino do Departamento
de Enfermagem Médico-Cirúrgica da
Escola de Enfermagem da USP.

Em anexo:
— questionário

ANEXO 1

1. Nome da instituição: _____

2. No tronco profissional comum do currículo do curso de graduação em Enfermagem dessa escola é ministrado o ensino das doenças sexualmente transmissíveis?

— SIM

— NÃO

— se a resposta for negativa responder somente a questão n.º 3

— se a resposta for afirmativa passar para a questão n.º 4

3. Qual (is) o (s) motivo (s) para que este ensino não esteja sendo ministrado nessa escola?

4. Em qual (is) disciplina (s) é ministrado este ensino?

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. Qual a carga horária teórica e prática destinada, a este assunto, por disciplina?

Disciplinas	Carga horária	
	n.º de horas teóricas	n.º de horas práticas
1.		
2.		
3.		
4.		

6. Qual (is) a (s) doença (s) que é (são) abordada (s) e qual (is) o (s) aspecto (s)?
 Assinale com X na (s) coluna (s) e linha (s) que corresponde (m) a situação dessa escola.

Doença \ aspectos	de Conceituação	Epidemiológicos	Clínicos	de Diagnóstico	de Tratamento	de Profilaxia	Educativos
Sífilis							
Blenorragia							
Linfogranuloma Venéreo							
Cancro Mole							
Granuloma inguinal							
Tricomoniase							
Condiloma Acuminado							
Outras:							
1.							
2.							
3.							
4.							

7. Onde os alunos desenvolvem a parte prática?

- Hospital (internação)
- Hospital (ambulatório)
- Centro de Saúde
- Outros — Quais?

- 1 — _____
- 2 — _____
- 3 — _____
- 4 — _____

8. Qual (is) atividade (s) que os alunos realizam quando estão desenvolvendo a parte prática?

- Pré-consulta
- Pós-consulta
- Atendimento de enfermagem
- Consulta de enfermagem
- Visita domiciliária
- Investigação epidemiológica
- Orientação de grupos
- Outras — Quais?

- 1 — _____
- 2 — _____
- 3 — _____
- 4 — _____

9. Questionário respondido por:

São Paulo, de de 1980